

SUMÁRIO EXECUTIVO

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: POTENCIALIDADES DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA INCLUSÃO PRODUTIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: POTENCIALIDADES DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA INCLUSÃO PRODUTIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA¹

EUCIDIO PIMENTA ARRUDA²

DURCELINA ERENI PIMENTA ARRUDA³

1 ESTE TRABALHO CONTOU COM IMPORTANTE LEVANTAMENTO DE DADOS REALIZADO PELOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: ÉRICA MEIRELES DE MOURA, JOSÉ PEDRO BEZERRA DA SILVA, LORENA ALVES PAFUME E MILENA RESENDE CASTRO

2 DOUTOR EM EDUCAÇÃO. PROFESSOR ADJUNTO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACED-UFU. COORDENADOR DA PESQUISA: MERCADO DE TRABALHO EM UBERLÂNDIA: ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL, FINANCIADA PELO MDS/SAGI/CNPQ

3 DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACED-UFU. MEMBRO DA EQUIPE DA PESQUISA MERCADO DE TRABALHO EM UBERLÂNDIA: ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL, FINANCIADA PELO MDS/SAGI/CNPQ

RESUMO

O presente projeto de pesquisa científica tem como principal objetivo identificar e analisar, dentre as pessoas que recebem benefícios de programas de transferência de renda do governo federal, aquelas que possuem e não possuem qualificações mínimas exigidas no setor terciário da cidade de Uberlândia, de maneira a analisar as potencialidades de oferta de cursos de qualificação profissional que retire estas pessoas da condição de dependentes de programas governamentais para garantia da sua sobrevivência. Para o seu desenvolvimento, foram analisados dados coletados no Sistema Nacional de Empregos (SINE), entre os períodos de março de 2011 e agosto de 2011, bem como a análise dos dados coletados do CADÚNICO, entre os períodos de agosto de 2011 e novembro de 2011. Os dados do CADÚNICO só puderam ser analisados após o seu recebimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Dentre os principais produtos indicados, obtivemos sucesso na elaboração de um banco de dados analítico que relaciona as demandas profissionais do mercado de trabalho da cidade de Uberlândia e o CADÚNICO. Esta pesquisa possui como desdobramentos a necessidade de se repensar as práticas de formação profissional das pessoas em situação de vulnerabilidade. Tais práticas devem ser vinculadas a propostas educativas que não se atenham a resultados imediatos, mas de uma formação mais sólida que garanta a capacidade de emancipação econômica presente e futura do beneficiário. Nesse sentido, podemos concluir que a perspectiva de formação continuada por meio da Educação a Distância pode ser um caminho possível, pois garante a flexibilidade de tempo e espaço necessária para um público que já se desacostumou com a escola convencional (presencial), mas que necessita de uma formação com as características deste modelo escolar, sob o risco de “experimentar” formações curtas que não lhe permitam se posicionar e realizar escolhas profissionais, mas apenas se inserir de maneira informal e sem garantias sociais.

PALAVRAS CHAVE: EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CADÚNICO, MERCADO DE TRABALHO, UBERLÂNDIA.

Este trabalho surge de uma pesquisa realizada entre os meses de março e novembro de 2011, com financiamento do MDS/SAGI/CNPq, cujo principal problema foi compreender as possibilidades de inclusão de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda do governo federal no setor produtivo, a partir da identificação e análise das principais lacunas de qualificação profissional que resultam em vagas de trabalho não preenchidas na cidade de Uberlândia.

Este problema é resultado de análises teóricas que demonstram haver cerca de cinco mil postos de trabalhos ociosos por falta de mão de obra qualificada e mais de 10 mil famílias (e seus respectivos chefes) beneficiadas pelos programas de transferência de renda que poderiam ser inseridas nestes postos de trabalho e deixarem de depender do governo federal para sua sobrevivência, em uma perspectiva de inclusão produtiva que, conforme o inciso II e III do art. 1º da Constituição Federal de 1988 coloca como fundamentos a garantia da cidadania e da dignidade da pessoa humana, aspectos fundamentais para a erradicação das desigualdades sociais e regionais, bem como da pobreza e marginalização, conforme inciso III do art. 3º da Constituição.

O Brasil tem obtido avanços significativos na ampliação dos direitos e integração de populações historicamente marginalizadas, por meio das políticas recentes de redes de proteção e promoção social, entretanto, observa-se que o desafio posto ao Estado diz respeito a ultrapassar o caráter específico do atendimento à população vulnerável, de maneira que sua cidadania seja plenamente observável a partir de sua inclusão social mais ampla que engloba uma educação de (boa) qualidade, garantia da saúde e condições de manutenção familiar financeira por meio de seu trabalho. Em síntese, trata-se de garantir condições equitativas para a plena eficácia do Estado de Direito republicano.

Relações entre trabalho, educação e desigualdade social

A educação escolar, de acordo com a CF 88 e a Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é um bem público e implica em uma formação cidadã na medida em que se inscreve em um exercício de qualificar para o mundo do trabalho, para a devida inclusão social do aluno como sujeito de direitos, autônomo e crítico em suas posições a respeito de seu lugar na sociedade.

Conforme afirma Cury (2008), alcançar o status de direito subjetivo foi permeada por movimentos conservadores e progressistas, notadamente entre as décadas de 1970 e 1980 que, conforme afirma Oliveira (2011) foi palco de reivindicações de diferentes setores sociais e profissionais, em específico os professores e demais personagens ligados à educação.

Cabe notar que a gratuidade não é garantia da universalização, pois a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o caráter subjetivo, determina que o Estado é obrigado a prover a sociedade da formação mínima, caracterizada como Educação básica, em uma oferta inicial do ensino fundamental, sendo progressivamente atendido o ensino médio e a educação infantil.

O direito à educação, conforme afirma Cury (2008), pressupõe o direito à igualdade e à desigualdade. Igualdade de condições de acesso e permanência na escola,

no sentido de se construir uma sociedade na qual a educação seja o espaço das oportunidades. A diferença diz respeito à heterogeneidade, às necessidades específicas dos grupos sociais que adentram a escola, que demandam por atendimentos especiais que, em última instância, conforme afirma Cury (2008) representa o reconhecimento da igualdade.

A educação emerge, neste contexto, como condição para assegurar a cidadania, pois ela é espaço sistematizado de formação e qualificação para o trabalho e, como direito subjetivo assegurado pela constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, oferece oportunidades à população para que sua condição de "exclusão" social seja minimizada. Por outro lado, conforme afirma Oliveira (2011, p 334), a baixa escolaridade das gerações anteriores, no caso brasileiro, é um dos fatores do baixo desempenho dos alunos. E isso é resultado de uma herança histórica, de desigualdades persistentes.

A baixa escolaridade dos chefes de família, portanto, cria situações de desigualdade não apenas para a sua geração, mas também para as novas gerações sob sua guarda, na perspectiva de Pierre Bourdieu, na qual as relações entre sucesso e fracasso na vida escolar e produtiva tem relação direta com o histórico cultural familiar.

Ou seja, a educação é importante para a inclusão social, mas não é a única, apesar de na história brasileira ela ter se tornado sinônimo de titulação nobiliárquica, sendo que a valorização recai sobre os títulos de maior valor, a saber, os universitários, desvalorizando, dessa forma, outras formações necessárias para o crescimento econômico do país, mas sem reconhecimento social e econômico. Rocha (2006) aponta, com base nos dados do PNAD 1999, evidências de uma relação direta entre o baixo nível educacional e a pobreza. À medida que o nível educacional do sujeito se amplia, diminui a incidência de pobreza.

Entretanto, o Brasil tem, desde 2003, crescido de forma ininterrupta e sólida, promovendo modificações nesta estrutura secular de relação trabalho/escola, direcionando cada vez mais suas necessidades laborais em áreas para as quais o nível de formação tem duração menor e maior flexibilidade quanto às mudanças típicas da sociedade capitalista, ou seja, condições de reorganizar suas qualificações e formações de maneira a atender novas demandas do mercado de trabalho, em uma perspectiva de empregabilidade na qual o trabalhador mantém uma estratégia de atualização continuada, em contraposição à perspectiva de empregabilidade na qual o desemprego é atribuído exclusivamente ao trabalhador, sem considerar as suas condições macro e microestruturais geradoras.

As políticas de compensação têm gerado no Brasil resultados positivos quanto à diminuição da miséria e da pobreza mas o desafio que se coloca agora é o de construção de uma política que deixe, paulatinamente, de promover políticas específicas, em uma direção clara de garantia da igualdade como pressuposto fundamental de direito e de uma sociedade desejosa de maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e expressam (CURY, 2008, p. 302).

Direito à educação, portanto, deve pautar-se pelo dever do Estado de oferecer a equidade aos cidadãos em tudo aquilo que é básico e necessário para a sua

integração social. Significa ainda reconhecer que não cabe ao mercado formar para o trabalho, mas ao Estado, responsável pela formação escolar sistematizada, de caráter amplo, marcadamente emancipatório e democrático. Observa-se, dessa forma, uma relação direta entre a inclusão social e produtiva e a ampliação do acesso à educação em níveis cada vez maiores, pressupostos das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que dependem diretamente do sucesso escolar dos jovens e de seus familiares, para deixar de se tornar uma política de sobrevivência da população brasileira, para se transformar em uma política também emancipatória.

Perspectivas da Educação a Distância para a formação da população de baixa renda

Esta pesquisa foi realizada dentro de uma hipótese de que a variável qualificação para o trabalho dos chefes de família é um dos principais obstáculos para a inclusão produtiva das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda do governo federal. Os dados encontrados, conforme veremos, demonstram um alto percentual de chefes de família que estão fora do mercado formal de trabalho e não há indícios de sua inclusão por meio de outros tipos de trabalhos.

Dessa forma, partimos de uma perspectiva na qual a modalidade de Educação a distância poderia ser uma opção de formação continuada desta população, seja devido às distâncias entre as moradias dos beneficiários e os locais presenciais de oferta dos cursos, seja pela necessidade de flexibilidade de horários, principalmente quando o chefe de família é mulher e precisa acompanhar seus filhos nas diversas atividades que realizam ao longo do dia. Entretanto, é necessário conhecer um pouco mais a respeito da Educação a Distância, de maneira a entender suas possíveis relações com a diminuição da pobreza no Brasil.

As primeiras iniciativas de Educação a distância no Brasil surgiram no ano de 1904 com a criação das Escolas Internacionais, que trouxeram para o Brasil suas experiências com essa modalidade de educação. Segundo Litto e Formiga (2009), os cursos oferecidos eram destinados a pessoas que necessitavam de formação básica para sua inserção no mercado de trabalho da época.

A expansão esteve associada à escassez de vagas nos grupos escolares⁴ para o acesso da população às escolas presenciais ou “físicas”. Ainda na primeira metade do século XX, a atuação do governo na formação básica de profissionais para o mercado de trabalho se intensificou por intermédio de cursos por correspondência, com a criação do Instituto Monitor (1939) e do Instituto Universal Brasileiro (1941).

Um segundo marco da EaD no Brasil foi, segundo Litto e Formiga (2009), a inserção do rádio a partir de 1923 por meio da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O uso do

⁴ O GRUPO ESCOLAR SURTIU NO PAÍS EM 1893, NO ESTADO DE SÃO PAULO E REPRESENTOU UMA DAS MAIS IMPORTANTES INOVAÇÕES EDUCACIONAIS OCORRIDAS NO FINAL DO SÉCULO PASSADO. TRATAVA-SE DE UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO ELEMENTAR MAIS RACIONALIZADO E PADRONIZADO COM VISTAS A ATENDER UM GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, PORTANTO, UMA ESCOLA ADEQUADA À ESCOLARIZAÇÃO EM MASSA E ÀS NECESSIDADES DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR. AO IMPLANTÁ-LO, POLÍTICOS, INTELLECTUAIS E EDUCADORES PAULISTAS ALMEJAVAM MODERNIZAR A EDUCAÇÃO E ELEVAR O PAÍS AO PATAMAR DOS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS (SOUZA, 1998, P. 20).

rádio na EaD desde então, acabou se popularizando devido ao crescente acesso à tecnologia em questão e ao seu caráter massificador, apesar da preocupação do governo brasileiro com as possibilidades de difusão de pensamento subversivo, sobretudo após a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Há de se chamar a atenção ainda para o fato de que o próprio Getúlio Vargas se apropriou do rádio de tal maneira que acabou por inaugurar uma era em que a difusão da política e dos ideais governistas chegavam a praticamente a todo o território brasileiro.

A televisão pode ser considerada um terceiro marco da EaD no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970 e possui influência direta, juntamente com a radiodifusão, na criação do primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações.

É possível perceber que a televisão começou a ser vista como um importante meio de comunicação urbano, com grande potencial de ampliação do acesso nas demais regiões. O crescimento das cidades, aliada a este meio de comunicação, fez com que a televisão ganhasse status de recurso educacional, por meio de iniciativas na EaD.

De acordo com Litto e Formiga (2009), o Código Brasileiro de 1967, promulgado à época do regime militar, passou a determinar a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão, bem como pelas televisões educativas. Muitas concessões de TVs “educativas” acabaram sendo direcionadas a grupos de poder da época. Em 1970, por meio da portaria interministerial de nº 408/70, estabeleceu-se a obrigatoriedade de transmissão de programas educativos em emissoras de rádio e televisão comerciais, apesar dos horários de transmissão nem sempre serem favoráveis aos ouvintes e telespectadores.

Um dos programas televisivos mais conhecidos e de maior repercussão nacional foi o Telecurso – sistema de educação à distância criado em 1978 em uma parceria da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura) -, com a transmissão do “Telecurso 2º grau” e, em 1981, transmitindo o “Telecurso 1º grau”. Segundo dados da Fundação Roberto Marinho, todas as edições do Telecurso beneficiaram cerca de 5,5 milhões de pessoas, que obtiveram formação dos anos iniciais ou do ensino médio por meio da EaD.

Há de se chamar a atenção para o alcance questionável dos objetivos propostos por este programa, uma vez que, historicamente, seu horário de transmissão se deu em períodos pouco favoráveis aos trabalhadores – geralmente entre cinco e seis horas da manhã – quando eles estavam saindo de casa para o trabalho. A metodologia utilizada pelo Telecurso, conhecido também como educação supletiva, proporciona ao aluno sem acesso à escola regular o estudo por meio da televisão e da resolução de exercícios. Os exercícios estavam disponíveis em apostilas vendidas em bancas e livrarias (não obrigatório). Ao final, os estudantes eram submetidos às provas presenciais, aplicadas pelo governo federal e consideradas como requisito básico para a obtenção do diploma de nível fundamental ou médio.

O quarto e último marco da EaD pode ser considerado o uso do computador e da Internet nos processos educativos a distância. Os computadores nas universidades brasileiras datam da década de 1970, mas somente, em meados da década de 1990 eles começam a se disseminar por todo o país devido, entre outros fatores: a abertura do mercado, a diminuição dos preços ao consumidor e a abertura da Internet para o público em geral (ARRUDA, 2004).

É interessante notar que há alguns equívocos do senso comum que vinculam a EaD a tecnologias contemporâneas como o computador. Ocorre que as tecnologias baseadas na microinformática acabam por tornar a EaD mais "atrativa", principalmente devido a uma característica exclusiva: a possibilidade de produção e transmissão de conteúdos por qualquer pessoa, diferentemente do rádio e da televisão, cuja produção era e continua sendo, necessariamente, elaborada por uma equipe produtora e transmitida com baixas taxas de interação com o ouvinte ou telespectador. Já o computador, por meio da internet, permite ao aluno um contato direto e quase instantâneo com os transmissores do conteúdo e também a sua própria constituição como produtor/transmissor de conteúdo.

Como pôde ser percebido, a Educação a Distância historicamente está relacionada à oportunidade de formação inicial e continuada às classes trabalhadoras, justamente aquelas que perderam o tempo e a oportunidade. Dessa forma, acreditamos que esta modalidade de educação apresenta-se como adequada para atender a uma camada significativa da população que, além de todos os problemas enfrentados em sua idade escolar, enfrenta ainda a falta de tempo fixo e impossibilidade de deslocamento aos locais de cursos, seja do ponto de vista financeiro para o pagamento de materiais e transporte, seja pela impossibilidade de se distanciar de sua casa e de seus filhos ou demais dependentes.

Desafios das políticas de transferência de renda

Conforme afirma Rocha (2008), é sabido que a pobreza no Brasil está associada à desigualdade de renda, e não à sua insuficiência para atender às necessidades básicas de todos. Retirar as pessoas da condição de dependência de políticas de transferência de renda e, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades de renda da população brasileira emergem como grandes desafios brasileiros dos últimos anos. A emergência do poder nas oligarquias nos séculos anteriores e posterior sucessões de regimes autoritários que retiraram da arena pública as camadas populares, criaram situações de grande desigualdade que em um contexto de lutas históricas da população leva o Estado a construir ações de compensação para um número expressivo de brasileiros que sequer possuem direitos básicos como saúde e educação.

Portanto, as políticas de transferência de renda quando obtém resultados positivos, como é o caso do Brasil, em que nos últimos anos ao menos 20 milhões de brasileiros deixaram a condição de miséria (PNAD, 2010). Entretanto, segundo Rocha (2009):

na medida em que o BF expande a sua cobertura e que o número de domicílios elegíveis a descoberto diminui, reduz-se concomitantemente o potencial do programa de, mantendo as regras em vigor(...), levar a reduções adicionais da pobreza e da desigualdade.

É nesse contexto que se torna necessário construir novas bases e exigências para a saída do Estado da condição de provedor com condicionalidades para instaurar a condição de cidadania na qual a pessoa possui direito e condição de garantir a sua subsistência por meio do trabalho remunerado.

Esta não é uma tarefa fácil, uma vez que a globalização construiu uma insegurança generalizada como norma de crescimento. O desenvolvimento tecnológico contemporâneo, bem como os processos recentes de reestruturação produtiva, com a ascensão do modelo toyotista de produção, conforme afirma Coriat (1994) incorporam as dimensões de flexibilidade e inovação contínua como características primordiais do desenvolvimento econômico. Tal modelo privilegia a instabilidade e a busca incessante pela manutenção do status social, para manter o respeito na comunidade.

As oportunidades de crescimento econômico, segundo Rocha (2006), tendem a ter efeitos essencialmente concentradores, pois envolvem a utilização de tecnologias modernas associadas ao uso de mão de obra qualificada, o que requer medidas compensatórias de modo a evitar aumento da desigualdade, assim como promover a redução da pobreza absoluta.

Para Standing (2010, p. 55)

A insegurança econômica crescente e generalizada está associada a outro aspecto que define o contexto da reforma da política de desenvolvimento social. A insegurança socioeconômica em três dimensões – a probabilidade de um evento adverso ocorrer, a probabilidade de ser capaz de suportar (ou sobreviver) às consequências de um evento adverso, e a probabilidade de se recuperar do evento.

Interessante observar a atualidade desta afirmação, pois países europeus e os Estados Unidos tem enfrentado uma grave crise econômica desde 2008, gerada por bolhas especulativas e observa-se uma aparente inversão na segurança econômica, com os países considerados emergentes demonstrando maior resistência à crise. Mas não se pode esquecer que há poucos anos, ainda no final da década de 1990, os mesmos países emergentes enfrentaram crises semelhantes. Ou seja, a insegurança e instabilidade desconstroem as relações sociais historicamente construídas, as identidades se tornam móveis em função da necessidade de modificar o seu eu de acordo com as novas condições sociais, políticas e culturais postas, em uma fluidez já apontada por Bauman (2005) perigosa pela superficialidade que gera entre as pessoas.

Este movimento de transformação contínua tem vínculo direto com o desenvolvimento dos microchips que aceleram não só o desenvolvimento tecnológico, mas nossa capacidade de tornar obsoleto os objetos produzidos para o consumo e, por que não, obsoletizar também os sujeitos.

A garantia da cidadania passa então por uma educação que forme o cidadão para se movimentar pelas transformações, compreendendo o mundo como mudança da mudança histórica em um sentido mais acelerado do que tempos anteriores.

Ou seja, a renda básica é o primeiro passo para diminuir a pobreza e a posterior inclusão produtiva é a consolidação desta ação social. Entretanto, as famílias que dependem desta renda básica, como o Bolsa Família, são exatamente aquelas que possuem dificuldades de sobrevivência em um ambiente tão instável, pois elas são oriundas de uma realidade na qual a ocupação de um único espaço econômico é grande vitória familiar e a formação para se transformar continuamente de acordo com as modificações no mundo do trabalho não são sequer cogitadas pelos históricos de frequente marginalização e expropriação.

Ultrapassar a situação de dependência econômica de programas governamentais, a nosso ver, se relaciona diretamente com a formação desta população para compreender as complexidades postas pelo mercado de trabalho globalizado e das condições e oportunidades abertas (e fechadas) em um país que se encontra completamente inserido neste contexto de transformação produtiva e tecnológica. É importante salientar que isso não significa formar esta população para um contexto de responsabilização individualizada pelo seu sucesso econômico, as inscrevendo em ações voltadas para o empreendedorismo, individualidade e informalidade, mas em uma perspectiva de sua inserção na formalidade do mercado de trabalho, de maneira a não responsabilizá-la unicamente pelos seus fracassos, mas considerar as responsabilidades do Estado e das empresas que dele se beneficiam por isenções diversas.

É nesse contexto que partimos para as análises de dados obtidas ao longo da pesquisa. Inicialmente traçamos o perfil da cidade de Uberlândia, suas características econômicas, sociais e políticas, suas distinções quanto às condições de pobreza de outros municípios e as perspectivas postas para a inclusão produtiva da população atendida pelos programas de transferência de renda por meio da educação continuada, bem como das possibilidades da modalidade de Educação a Distância para atendimento às populações geograficamente dispersas e distantes dos espaços presenciais formativos (além das suas dificuldades financeiras para deslocamento aos espaços educativos).

Levantamento de dados sobre o município de Uberlândia

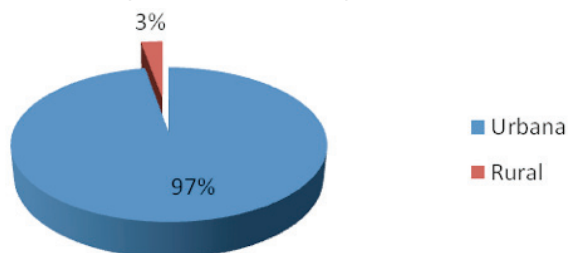
A cidade de Uberlândia está localizada no triângulo mineiro e é atualmente a segunda maior população do estado de Minas Gerais, atrás somente da capital Belo Horizonte. Segundo dados do IBGE, sua população é estimada em 604.013 habitantes, distribuídos da seguinte forma:

TABELA 1: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – NÚMERO DE HABITANTES.

POPULAÇÃO DE UBERLÂNDIA	
URBANA	587.266
RURAL	16.747
TOTAL	604.013

FONTE: IBGE (2010)

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE UBERLÂNDIA



FONTE: IBGE(2010)

Conforme pode ser observado pela tabela e pelo gráfico, Somente 3% da população Uberlandense reside na zona rural, apesar de sua força produtiva na agropecuária e agricultura, conforme veremos nas próximas análises. Observa-se, portanto, uma forte concentração da população no espaço urbano e forte concentração de renda e de terras no espaço rural, já que a área do município é de 4.115,82km² e o seu perímetro urbano se restringe a 135,35km.

Quanto à renda, Uberlândia possui os seguintes indicadores:

Renda per capita da população

Tabela 2: Renda per capita de Uberlândia. Renda per capita da população

MÉDIA	URBANA	RURAL
R\$ 1.002,02	R\$ 1.012,60	R\$ 582,86

FONTE: IBGE(2010)

Se comparados com os municípios do estado de Minas Gerais, a cidade alcança o 4º lugar como a maior renda, atrás somente das cidades de Nova Lima (R\$ 1.653,47) Belo Horizonte (R\$ 1.493,21) e Juiz de Fora (R\$ 1.063,03). A cidade possui médias maiores do que o estado de Minas Gerais e do Brasil, tanto em suas rendas média na zona urbana (R\$ 829,50 e R\$ 419,14)

Tabela 3: Comparação da renda per capita de Uberlândia, Minas Gerais e Brasil.

RENDA PER CAPITA URBANO-RURAL	URBANA	RURAL
UBERLÂNDIA	R\$ 1.012,60	R\$ 582,86
MINAS GERAIS	R\$ 829,50	R\$ 419,14
BRASIL	R\$ 904,71	R\$ 366,92

FONTE: IBGE(2010)

Conforme pode ser observado, apesar da renda média da zona rural de Uberlândia se aproximar do valor do salário mínimo do ano de 2011, existe uma diferença significativa entre a renda urbana e rural. O mesmo é observado na média brasileira, com um nível de desigualdade bem maior, demonstrando o quanto os bolsões de miséria no Brasil tem permanecido nas regiões rurais, direcionando políticas públicas para esta população.

O Decreto nº. 7.492, de 2 de junho de 2011 instituiu o Plano Brasil sem Miséria e o seu artigo Art.4ºapresentou como objetivos do referido plano:

I-elevar a renda familiarper capitada população em situação de extrema pobreza;

II-ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e

III-propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva.

Conforme dados preliminares do Censo IBGE 2010, existem atualmente 16,2 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza, ou seja, possuem renda per capita de até R\$ 70,00. Deste total, 47% estão localizados na zona rural, sendo a maioria no Nordeste Brasileiro (66%).

Se considerarmos ainda que 51% desta população possui até 19 anos, observamos um quadro preocupante para o futuro, pois há grandes riscos de manutenção da pobreza na constituição de famílias futuras.

Em função do quadro agravado da pobreza rural, o governo federal publicou o Decreto n. 7.644 de 16 de dezembro de 2011, que Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no12.512, de 14 de outubro de 2011. Dentre os objetivos deste programa, o inciso I, do seu artigo 3º estabelece como meta: estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Observa-se, portanto, um quadro de atenção à população pobre, com vistas à sua inclusão produtiva e posterior saída desta condição.

No que tange ao emprego na cidade de Uberlândia, temos os seguintes dados:

Tabela 4: Quadro de empregos em Uberlândia

SETOR	N. DE EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO (%)	N. DE EMPREGADOS	PARTICIPAÇÃO (%)
INDÚSTRIA	2.535	7,49	30.394	16,15
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.549	7,53	14.322	7,61
COMÉRCIO	12.069	35,65	42.584	22,63
SERVIÇOS	15.102	44,61	95.568	50,79
AGROPECUÁRIA	1.597	4,72	5.306	2,82
TOTAL	33.852	100	188.174	100

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2011

Tabela 5: número de admissões e demissões em 2010 .

SETOR	ADMITIDOS	DEMITIDOS	SALDO
INDÚSTRIA	15.659	13.597	2062
CONSTRUÇÃO CIVIL	17.095	13.948	3.147
COMÉRCIO	26.504	23.545	2.959
SERVIÇOS	43.852	36.847	7.005
AGROPECUÁRIA	3.709	3.807	-98
TOTAL	106.819	91.744	15.075

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2010

Conforme pode ser percebido, o município de Uberlândia é dinâmico quanto à movimentação de sua população economicamente ativa e se apresenta como uma das cidades que mais abrem vagas de trabalho em todo o Estado de Minas Gerais. Apesar disso, conforme veremos na apresentação dos dados sobre a população beneficiada por programas sociais há um número relativamente alto de pessoas com baixa renda (em termos absolutos, não percentuais) e um alto quadro de oferta de novas vagas em diferentes setores, em especial os de Serviços, comércio e construção civil.

O problema que se apresenta a partir destes dados preliminares é: quais os problemas para a inclusão produtiva da população economicamente ativa no mercado de trabalho de Uberlândia e porque, apesar da ampla oferta de vagas e crescimento do mercado, ainda existe um contingente populacional dependente dos programas de proteção social federal.

Uma das hipóteses levantadas é a baixa escolaridade e qualificação da população atendida pelos programas sociais. O problema que se configura é mais a dificuldade de fazer com que a população sem qualificação específica para uma função a desenvolva do que a oferta dos cursos com esta função.

Ocorre que a cidade possui políticas públicas de capacitação continuada da população de baixa renda e, entre 2009 e 2010 capacitou, por meio da oferta de cursos de curta duração nas áreas de serviços, construção, informática, atendimento etc., mais de 15000 pessoas. A previsão de oferta de vagas para 2012 é de 13.600 vagas. Este número é superior à quantidade de famílias atendidas, em média, pelo Bolsa Família em 2011 no município, além de ser cerca de 1/3 das vagas de trabalho ofertadas mensalmente na cidade, conforme dados que iremos apresentar e analisar adiante.

Do total de contingente de trabalhadores da cidade de Uberlândia, apenas cerca de 5000 estão empregados na zona rural e o restante na área urbana. O setor de comércio e serviços é o que mais emprega e possui relevância no mercado de trabalho da cidade. Quase 75% da população está empregada em um destes setores, sendo que somente no setor de Call Center são 10 mil empregados nas duas principais empresas da cidade (Algar e Callink), conforme dados do Correio de Uberlândia e Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), publicados em dezembro de 2011.

Ao considerar o quadro econômico da cidade de Uberlândia, é possível observar uma aparente discrepância quando à gravidade do seu quadro de pobreza, já que a cidade não apresenta população residente na zona rural significativa e tampouco quadro de pobreza grave, já que é uma das cidades com maior renda em todo o Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Apesar disso, a cidade é constituída das desigualdades que acometem os municípios brasileiros e, ao mesmo tempo, tem se demonstrado significativo vigor econômico, a exemplo do restante do Brasil.

O vigor econômico se materializa pela criação de vagas no mercado de trabalho de todo o país, que, necessariamente, não são preenchidas em sua totalidade, em parte pela falta de qualificação da população, mas também pela sua dificuldade em obtê-la.

Dados do Censo IBGE 2010, analisados pela ONG Todos pela Educação mostra que quase 10% da população entre 4 e 17 anos encontra-se fora da escola, apesar da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 considerar obrigatório e universal o acesso escolar nessa faixa etária. Não se trata de considerar os pressupostos da Teoria do Capital Humano e indicar uma relação direta entre escolaridade e renda, mas o desenvolvimento tecnológico contemporâneo tem transformado o mercado de trabalho e ampliado as exigências formativas do trabalhador. Mesmo se forem considerados setores como o de serviços, construção civil e comércio, a microinformática e novas técnicas e tecnologias aplicadas ao trabalho, demandam do trabalhador a ampliação do seu tempo de formação escolar e continuada.

Segundo Oliveira (2011), "sob uma visão sistêmica, o vínculo entre educação e desigualdade social é inegável e tem consequências importantes para se pensar as estratégias políticas destinadas a enfrentar os problemas de desigualdade educacional". Ou seja, apesar das políticas sociais de proteção social não contributiva terem, nos últimos anos, retirado da condição de pobreza um grande contingente de brasileiros, a consolidação destas políticas se dará com a efetiva inclusão produtiva da população atendida, de maneira a não dependerem mais destas políticas. Oliveira (2011, p. 334) afirma ainda que

As políticas destinadas à promoção de distribuição de renda mais democrática devem contemplar a educação, mas, sobretudo, a criação e manutenção de empregos. As pressões sobre a escola são maiores quanto menos a sociedade é capaz de desenvolver outras formas de distribuição de posições sociais.

A dificuldade encontrada no modelo de proteção social está em articular as suas políticas específicas com a formação continuada dos beneficiários e sua respectiva inclusão produtiva nas vagas criadas, bem como sua manutenção no emprego. Esta articulação é significativamente complexa, pois envolve diferentes setores políticos e atribui ao Brasil a necessidade de estabelecer políticas de Estado que garantam condições para o desenvolvimento produtivo e humano e sua respectiva manutenção da produção de riqueza em longo prazo. Ou seja, diminuir a pobreza

ultrapassa uma política de governo, como são os atuais programas de distribuição de renda e se torna uma articulada política de Estado.

A partir destes dados, outro problema se apresenta para nossa análise: se há oferta de capacitação, bem como de vagas no mercado de trabalho, como explicar o número de pessoas atendidas pelo Bolsa Família no município? Medeiros et al (2008) afirma que não há indicações de que as transferências afetem de modo substantivo (e indesejável) a participação no mercado de trabalho. Entretanto, os dados mostram um número significativo de pessoas fora do mercado formal de trabalho na cidade.

Há de reforçar o caráter da formalidade, pois os dados analisados do CADÚNICO não nos permitiram ter outras referências financeiras da população atendida, devido à ausência das informações. Além disso, a pesquisa não pôde ser realizada in loco com a população pelo seu escasso tempo de realização, mas acreditamos que o próximo passo seja empreender um grande levantamento de dados qualitativo junto à população atendida pelo Bolsa Família, de maneira a compreender outras formas de renda obtidas por elas.

Número de ofertas de emprego no município (levantamento feito entre maio e agosto de 2011)

Tabela 6: escolaridade exigida para ocupar vagas de emprego em Uberlândia.

NENHUMA	850
ATÉ 5ª SÉRIE	325
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	115
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	441
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	172
TOTAL	1903

FONTE: SINE-UBERLÂNDIA

O recorte na formação se deu pela hipótese levantada pelo grupo de que a maioria das pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família ou por qualquer programa social do governo não possuíam qualificações mínimas para sua inclusão produtiva. Este recorte foi realizado antes do recebimento dos dados referentes ao CADÚNICO da cidade, conforme mostraremos adiante. Ainda que o ensino médio incompleto não fizesse parte de nossa hipótese de formação dos beneficiários, optamos por mantê-lo, de maneira a ampliar as possibilidades analíticas após o recebimento do dados do CADÚNICO.

Outra questão importante em relação às vagas oferecidas foi o recorte naquelas que não exigiam condicionalidades quanto ao local de moradia ou idade. A maioria das vagas não exigia experiência anterior (cerca de 80%) e mais da metade está voltada para a área de serviços, principalmente no setor de atendimento telefônico (Call Center, Telemarketing etc). Conforme dito anteriormente, Uberlândia se destaca no cenário nacional por ser um centro de serviços de call-centers, com atendimento a diferentes segmentos de empresas, devido a isso, o percentual de vagas para este campo atinge cerca de 500 vagas do total levantado.

Dados do SINE (2011) indicam que as vagas em aberto, juntamente com a média de contratações realizadas mês a mês, mostra cerca de 700 novas vagas sendo ofertadas todos os meses, acumulando mais de 15.000 novos postos de trabalho em 2010 e 2011. Ou seja, há uma manutenção do número de cargos em aberto em Uberlândia. Uma análise mais detalhada junto às empresas é necessária, pois não foi possível pesquisar junto a elas o índice de rotatividade dos cargos, ou seja, a sua reoferta no período pesquisado em função de alto índice de demissões ou de troca de emprego pelos trabalhadores.

CADÚNICO em Uberlândia: aspectos sociais.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) foi utilizado como referência para cruzamento de dados a respeito da população atendida por programas sociais do governo federal e suas potencialidades de inclusão produtiva, bem como de realização de cursos de capacitação.

Em 2011 o CADÚNICO passou por uma atualização de grande porte que fez com que os seus dados e variáveis fossem modificados e ampliados significativamente. Isso gerou um grande processo de atualização e transição que acabou por gerar problemas para o desenvolvimento da pesquisa. No início de 2011 a nova versão, de número 7, passou a ser utilizada para atualização dos dados dos beneficiários de programas do governo. Dentre as principais novidades desta versão, houve uma ampliação de dados e variáveis, tornando a avaliação social do beneficiário mais completa, além da atualização e cadastro instantâneos, por meio do preenchimento de formulários online (antes os arquivos eram enviados pela internet e atualizados na base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social).

Após análise junto à equipe da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SAGI-MDS, a equipe optou por utilizar os dados da versão 6. O inconveniente desta versão, além da ausência de dados constantes na versão 7, foi o fato dos dados serem referentes a agosto de 2010, portanto, desatualizados no período em que houve a pesquisa do banco de dados do SINE (entre março e agosto de 2011). Entretanto, esta base encontrava-se mais confiável do que a última versão, devido ao processo já mencionado de atualização da última versão.

Percurso de análise dos dados

Após o recebimento do banco de dados CADÚNICO com as variáveis definidas pelo grupo de pesquisa, iniciamos a categorização dos dados, para posterior análise. Trata-se de um conjunto extenso e complexo de dados e a delimitação dos dados, em função de nossos objetivos de pesquisa, foi fundamental para compreender o problema.

O banco de dados possuía um total de 112.395 pessoas cadastradas no CADÚNICO. Entretanto, sabemos que este cadastro não diz respeito apenas àqueles que possuem algum benefício do governo federal, pois é um cadastro obrigatório para obter isenção de taxa de vestibular, Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), concursos públicos, etc.

Dessa forma, organizamos os dados em função do número de famílias cadastradas, já que cada uma possui um código familiar que a identifica. Dessa forma, chegamos ao total de 30.588 famílias, sendo que a referência familiar era a identificação do beneficiário como mãe/responsável legal pela família. Além desta variável, há outras treze que indicam cônjuge, companheiro, filhos, pai, avô etc.

Recorremos então ao objetivo de nosso trabalho, que era o de localizar famílias beneficiárias e elaborar análises de dados que demonstrassem suas referências escolares e financeiras, no intuito de compreender as possibilidades de qualificação profissional deste público para sua inclusão produtiva.

Selecionamos então aquelas famílias cujos chefes informaram não possuírem trabalho remunerado à época do cadastro. Apesar de essa situação ser indicada por mais de 11.401 famílias, precisamos efetuar outros filtros, pois havia dados imprecisos que informavam situações de trabalho com carteira assinada. Retiramos também o universo de pessoas que se declararam aposentadas, bem como aquelas que estavam recebendo seguro-desemprego. No primeiro caso, em função de haver uma renda permanente na família, no segundo, por ela ser provisória, com tempo de duração determinado. Optamos por não retirar o item pensão alimentícia, por ser, historicamente, baixo para ser considerado uma remuneração, desde que não ultrapassasse o valor de R\$ 70,00 per capita.

Em seguida, eliminamos os dados que mostravam haver apenas uma pessoa (ou até mesmo nenhuma) na família, de maneira a detectar a presença de crianças, jovens e adultos dependentes financeiros do chefe/responsável legal pela família. Não eliminamos as famílias com duas pessoas, por considerar que existem casos de separação de casais com um filho, constituindo-se, dessa forma, uma família com duas pessoas.

Ao excluir do universo de pesquisados as pessoas com renda per capita superior a R\$ 140,00, chegou-se ao número de 8115 famílias, um número abaixo da média publicada mensalmente pela prefeitura de Uberlândia, para fins de habilitação para pagamento do benefício bolsa-família. Os números da prefeitura são variáveis, mas oscilam entre 8500 famílias e 9200, desde abril de 2011. Acreditamos que os dados coletados podem apresentar imprecisões, uma vez que foram retirados do quadro analítico, por exemplo, pessoas cadastradas no CADÚNICO com renda de 20 mil reais ou mais, o que demonstra, possivelmente, imprecisões na digitação dos dados. De qualquer forma, não nos é possível trabalhar com dados que não possuímos, por isso, optamos por considerar o número encontrado de famílias: 8115.

Escolaridade das mulheres/chefes de família selecionadas

Do total de 8115 famílias analisadas, 7.796 responsáveis legais não freqüentam a escola e 319 a freqüentam. Do total, a escolaridade informada pode ser observada na tabela e no gráfico a seguir:

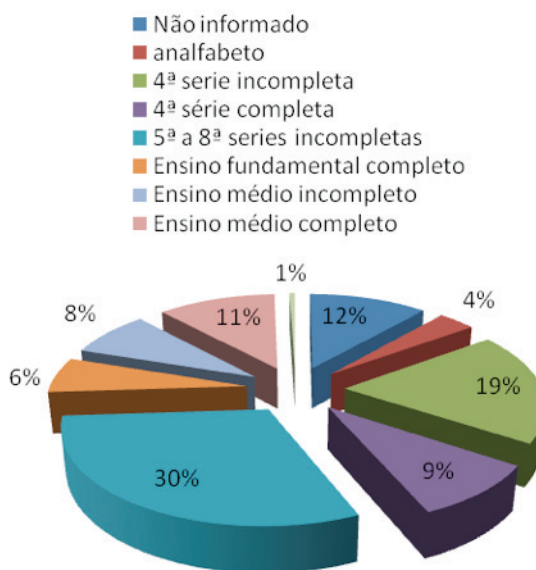
Tabela 7: escolaridade dos chefes de família cadastrados no CADÚNICO

ESCOLARIDADE	CHEFES DE FAMÍLIA
NÃO INFORMADO	929
ANALFABETO	292
4ª SÉRIE INCOMPLETA	1561
4ª SÉRIE COMPLETA	751
5ª A 8ª SÉRIES INCOMPLETAS	2470
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	498
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	647
ENSINO MÉDIO COMPLETO	926
ENSINO SUPERIOR (TODOS)	41
TOTAL	8.155

FONTE: CADÚNICO, AGOSTO DE 2010

GRÁFICO 3: : ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA CADASTRADOS NO CADÚNICO. FONTE: CADÚNICO, AGOSTO DE 2010

Escolaridade do responsável legal



FONTE: CADÚNICO, AGOSTO DE 2010

Conforme pode ser percebido, há uma proximidade entre a escolaridade declarada pela maioria dos responsáveis legais e as demandas no mercado de trabalho de Uberlândia. 77% dos responsáveis legais possuem até o ensino médio incompleto. Cabe salientar que o percentual declarado analfabeto não ultrapassa 4% da população pesquisada, alcançando, números menores do que a média brasileira. Outro dado interessante foi o alto percentual de responsáveis legais com ensino médio incompleto ou completo (19% do total). A hipótese anteriormente levan-

tada considerava mais provável encontrar uma escolaridade mais baixa entre os responsáveis legais desempregados, devido à interpretação de que o desemprego estava referenciada à sua baixa qualificação e formação..

Análise dos dados: em direção a políticas formativas continuadas

A pesquisa de campo demonstrou haver uma proximidade entre a qualificação e escolaridade exigidas para assumir um posto de trabalho na cidade de Uberlândia. De uma média 2345 vagas abertas entre os meses de maio e agosto de 2011, cerca de 1900 foram ofertadas para pessoas com escolaridade até o ensino médio incompleto, ou seja, 81% das vagas ofertadas. Este dado é bem próximo do percentual de responsáveis legais, de acordo com sua escolarização.

Conforme visto neste texto, a prefeitura de Uberlândia tem oferecido cursos gratuitos de qualificação profissional para este público, sendo que anualmente são formadas aproximadamente 8 mil pessoas e há a previsão de 13.700 vagas para 2012. É pertinente chamar a atenção para o fato de haver, inclusive, cursos de formação itinerante, ofertados em ônibus municipais, de maneira a minimizar os problemas com gastos referentes a transporte do aluno que, possivelmente, não possui condições financeiras de se responsabilizar por este custo.

O problema que se coloca é: existem vagas em aberto na cidade, com qualificação semelhante à das pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda do governo. Além disso, existem projetos de qualificação e formação continuada dos públicos que se encontram fora do mercado de trabalho, em número adequado ao contingente demandado pelo mercado de trabalho de Uberlândia, além do contingente que se encontra em condições de pobreza ou pobreza extrema na cidade. Entretanto, há uma manutenção histórica, desde 2010, do número de beneficiários mensais do Bolsa Família na cidade de Uberlândia.

Uma possível explicação pode ser relacionada aos horários de ofertas dos cursos. Praticamente todos são oferecidos no período da tarde. Caso o possível aluno esteja em situação de busca por emprego, ou desenvolvendo alguma atividade produtiva informal para garantir o seu sustento, dificilmente teria condições de desenvolver os cursos.

Além disso, os dados mostram que 70% dos chefes de família pesquisados são mulheres, o que indica a necessidade de cuidados com as crianças e jovens que pertencem à família, tornando o seu tempo para capacitação ainda mais reduzido. Entretanto, uma melhor análise desta situação exige um trabalho de campo intensivo junto às famílias, uma vez que os dados do CADÚNICO não nos forneceram pistas a respeito das possíveis atividades desempenhadas pelas chefes de família que podem diminuir ou mesmo inviabilizar suas atividades formativas e laborais (exemplo: cuidado de crianças ou pessoas idosas, ausência do companheiro/cônjuge para ajudar nas atividades familiares etc.).

Outro aspecto que merece a atenção diz respeito ao tipo de oferta de cursos de capacitação. Há uma oferta excessiva de cursos voltados para o empreendedorismo individual, como bordado, costura, manicure, pedicure. Dados publicados em julho de 2011 (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011) mostram que a população da cidade tem declinado de determinados tipos de trabalho, sobretudo aqueles relacionados a trabalhos manuais, como: corte e costura, marcenaria, serralheria, pedreiro etc.

Além disso, conforme afirmado no início deste texto, o foco das políticas públicas de formação profissional e geração de emprego e renda deve ser, a nosso ver, a criação de condições para inclusão formal no mercado de trabalho e não a qualificação para atividades empreendedoras e informais. Estas atividades, ao invés de promover a cidadania, devolvem para a população a responsabilização pela sua empregabilidade.

A instabilidade do mercado global não dá quaisquer garantias aos trabalhos formais e menos ainda aos informais. Durante a década de 1990 o Brasil chegou a ter pouco mais de 30% da população com carteira assinada, momento no qual houve recrudescimento nas desigualdades socioeconômicas. Conforme afirmado por Oliveira (2011), a oferta de condições concretas de crescimento econômico são fundamentais para diminuir a pressão pela escola, na medida em que a inclusão produtiva se dá nos diferentes níveis educacionais e não somente no topo da formação profissional.

Há um grande risco, portanto, das políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva formal desta população serem ineficazes, pois há uma necessidade de se compreender quais as expectativas, dificuldades, desejos e interesses profissionais deste público, de maneira a permitir a ele a opção de escolher suas trilhas, seus caminhos para seu pleno desenvolvimento profissional.

Não basta oferecer um número reduzido de cursos, cuja oferta se relaciona mais a tradições das políticas públicas. A análise dos dados, nas condições que foram colocadas ao grupo de pesquisa, mostrou que pouco se conhece a respeito das famílias atendidas pelos programas de transferência de renda. Não se trata apenas de conhecer suas limitações financeiras, ou os aspectos objetivos que as condicionam na linha de extrema pobreza, mas de atribuir subjetividade e humanidade no seu atendimento, de permitir escolhas que ultrapassem uma qualificação de curta duração, mas se transformem em ações educativas sólidas, que formem os sujeitos para a sua efetiva emancipação.

A Educação a Distância (EaD) deve ser considerada, neste contexto, como possibilidade de concretização deste modelo educativo que privilegie a procura dos chefes de famílias por garantir formações de maior solidez para torná-los profissionalmente mais qualificados, sem que a limitação do deslocamento ou falta de recursos financeiros sejam limitadores para a conclusão destes cursos.

O que queremos indicamos com esta afirmativa é a necessidade de implementar políticas de formação profissional para a população atendida pelos programas

sociais que não privilegiem a curta duração, seja pela ausência de recursos para deslocamentos, seja pela compreensão de que privilegiar o empreendedorismo seria a melhor opção para estes grupos sociais.

É necessário que estas políticas formativas tenham relação direta com as políticas econômicas, no sentido de empreender ações educativas que atendam tanto inclusão produtiva destes grupos historicamente marginalizados, quanto as atuais e contínuas demandas produtivas, relacionadas ao crescimento econômico do país.

Ou seja, trata-se da criação de uma cultura de formação sólida e integral para a população pobre, em um sentido de efetiva constituição de cidadania.

A nosso ver, dadas as limitações físicas e materiais, tanto desta população, quanto do alcance do governo, a EaD é a modalidade mais indicada, porque privilegia a flexibilidade necessária a estes chefes de famílias que são, conforme dados apresentados, em sua predominância mulheres que precisam cuidar de seus filhos. A EaD diminui também a pressão sobre os gastos da família, ao diminuir as despesas com a educação profissionalizante, dada a necessidade de poucos deslocamentos ao espaço escolar.

A EaD permite ainda a oferta de diferentes áreas profissionais, permitindo ao beneficiário dos programas governamentais tecer escolhas sobre seu futuro na sociedade, retirando assim a perspectiva de inserção por meio de ofertas que o direcionam menos para a integração na sociedade do que a sua individualização em atividades informais e empreendedoras.

Conforme pôde ser observado ao longo deste artigo, esta pesquisa possui como desdobramentos a necessidade de se repensar as práticas de formação profissional das pessoas em situação de vulnerabilidade. Tais práticas devem ser vinculadas a propostas educativas que não se atenham a resultados imediatos, mas de uma formação mais sólida que garanta a capacidade de emancipação econômica presente e futura do educando.

Nesse sentido, podemos concluir que a perspectiva de formação continuada por meio da Educação a Distância pode ser um caminho possível, pois garante a flexibilidade de tempo e espaço necessária para um público que já se desacostumou com a escola convencional (presencial), mas que necessita de uma formação com as características deste modelo escolar, sob o risco de “experimental” formações curtas que não lhe permitam se posicionar e realizar escolhas profissionais, mas apenas se inserir de maneira informal e sem garantias sociais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta. *Ciberprofessor: novas tecnologias, ensino e trabalho docente*. Belo Horizonte: Autênciã, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário oficial da União*. Brasília, DF, 24/12/1996

BRASIL. Decreto n. 7492 de dois de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria

BRASIL. Decreto n. 7447 de 1º de março de 2011. Dá nova redação ao art. 19 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de nove de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro et al. *Políticas públicas para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: MDS, UNESCO, 2010.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Jornal*. Uberlândia, 15 de dezembro de 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação básica como direito. In: *Cadernos de Pesquisa*, vol. 38, n. 124, maio/ago, 2008.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana and SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP*. 2007, n.79, pp. 5-21.

LITTO, Fredric Michel, FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Orgs.). *Educação a distância*.

FORMIGA, João Roberto Moreira Alves. A história da EaD no Brasil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: UNESCO, 2009.

MOURA, Erica Meireles de; Castro, Milena Resende; ARRUDA, Eucídio Pimenta. A crescente demanda no setor de telemarketing e o aumento do desemprego. Quais os motivos e caminhos possíveis para sanar o paradoxo. In: Anais do VI Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente. Uberlândia: Edufu, 2011

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas públicas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: Educação & Sociedade. Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr-jun 2011

ROCHA, S. Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata? 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. Rev. econ. contemp. 2008, vol.12, n.1, pp. 67-96

ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. Econ. Soc. 2011, vol.20, n.1, pp. 113-139.

SILVA, José Pedro Bezerra da; PAFUME, Lorena Alves; ARRUDA, Eucídio Pimenta. Vagas de emprego destinadas a pessoas de baixa escolaridade em Uberlândia. In: Anais do VI Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente. Uberlândia: Edufu, 2011.

STANDING, Guy Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social diante da crise. IN: CO-ELHO, Maria Francisca Pinheiro et al. Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.